

Governo, terra e anistia ainda causam divergência

Brasília — Luciano Andrade

BRASÍLIA — No começo da noite, o substitutivo do relator Bernardo Cabral estava praticamente pronto, mas três questões ainda continuavam provocando muitas discussões entre os relatores-adjuntos e as lideranças das principais correntes políticas da Constituinte: sistema de governo, reforma agrária e anistia. O prazo para Cabral entregar o texto à Comissão de Sistematização, que já foi adiado uma vez, esgota-se hoje.

A controvérsia em torno da reforma agrária ganhou um novo ingrediente na noite de anteontem, quando, em reunião na casa do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Cabral defendeu a adoção de um mecanismo existente no México, que limita a desapropriação a dois terços de uma propriedade. O terceiro restante fica com o proprietário, que tem o direito de escolher a parte que manterá em seu poder — o que os mexicanos chamam de *el casco*.

Desapropriação — A sugestão provocou resistência entre os progressistas da Sistematização, que acabaram fazendo Cabral desistir da ideia. O novo texto terá como base os acordos fechados nas reuniões anteriores: a propriedade que não cumprir função social pode ser desapropriada e a imissão de posse pela União será imediata, mas passível de anulação pela justiça num prazo de 90 dias. Para alguns constituintes, isso é a extensão do decurso de prazo às decisões judiciais, mas a questão está praticamente fechada.

Anistia — Sobre a anistia, está decidido que não haverá reintegração de militares cassados nas Forças Armadas nem indenizações aos punidos. Está praticamente certa, também, a inclusão no texto de dispositivo que assegure aos atingidos por atos institucionais no período de junho a setembro de 1969 — que comprovarem que houve vício nessas punições — direito de requerer o reexame da questão no STF e obter indenizações. Esses atos foram publicados com a assinatura do presidente Costa e Silva, que, no

entanto, estava gravemente doente e não podia mais assinar documentos.

É muito provável, ainda, a inclusão de um artigo que garanta aos militares cassados por atos administrativos — nesse caso estão milhares de ex-marinheiros — que comprovarem a motivação política de suas punições o direito de pedir revisão judicial dos processos. Essa questão, porém, ainda enfrenta resistências das autoridades militares e tampouco agrada aos militares cassados.

Governo — Sistema de governo é outro ponto onde só as discussões da madrugada de hoje definirão a forma final. No entanto, a tendência do relator Bernardo Cabral é incluir no texto a emenda de parlamentarismo puro do senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Uma coisa, porém, já está decidida: o parlamentarismo não será estendido aos estados.

Novidades — O substitutivo de Cabral trará novidades importantes. Uma delas é a queda da exigência de diploma para o exercício das profissões que exijam liberdade de pensamento. Nesse caso, estariam, por exemplo, os jornalistas e os escritores. Os advogados, porém, não entrariam nessa categoria, segundo revelou um constituinte que participou das discussões do assunto.

A mineração em terras indígenas só será permitida com a autorização expressa do Congresso Nacional e a concordância das comunidades indígenas das próximas da área em exploração. Essa é outra inovação que exigiu muita negociação para ser incluída no texto.

Na questão social, o substitutivo definirá a necessidade da relação de emprego ser estável e proibirá a demissão imotivada, derrubando, portanto, a estabilidade após três meses de trabalho, que constava do texto anterior. A definição de demissão imotivada será feita em lei complementar. A duração da semana de trabalho, fixada em 40 horas no projeto da Comissão de sistematização, também ficou para a legislação ordinária.



Cabral (E) e Fernando Henrique não fizeram acordo sobre reforma agrária

Ulysses faz balanço dos trabalhos

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, comunicou que está encerrado em plenário o prazo de discussão do projeto de Constituição. A partir de hoje, quando o relator Bernardo Cabral apresenta seu primeiro substitutivo, o projeto será discutido apenas no restrito âmbito da Comissão de Sistematização, onde poderá sofrer novas emendas. Em 60 sessões, desde a instalação da Assembléia, 381 discursos foram realizados, disse ainda Ulysses.

Ulysses fez um balanço dos trabalhos até agora realizados, dizendo que os discursos totalizaram 214 horas e 30 minutos. Desde o início dos trabalhos, foram apresentadas 37 mil 961 emendas, das quais 20 mil 791 oriundas do plenário. "Isso demonstra o esforço e a dedicação no

trabalho de elaboração da nova Carta Constitucional", disse Ulysses.

A partir de hoje, até 2 de setembro, o substitutivo de Bernardo Cabral entra em fase final de discussão e, a cada noite, um subscritor de emenda popular, das 120 apresentadas, ocupará a tribuna para defendê-la perante a Comissão de Sistematização. Do dia 3 ao dia 10, o relator elaborará um parecer sobre as emendas apresentadas a seu substitutivo.

No dia 13 de setembro começa o prazo para apresentação de pedidos de destaque de artigos em que seja difícil o consenso. De 14 a 19, o projeto entra em votação, por títulos ou capítulos, votando-se em separado os pedidos de destaque. No dia 20, ele será remetido à Mesa da Assembléia Constituinte para votação em primeiro turno no plenário.

Egídio aponta risco de impasse

"O parlamentarismo é a salvação para o governo do presidente José Sarney, perdido no impasse de um país ingovernável", afirmou o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), antigo guru dos grupos mais avançados do PMDB e porta-voz dos defensores de uma imediata mudança no sistema de governo do país. Egídio reagiu, em nome dos parlamentaristas, às informações de que Sarney vai tentar convencer deputados e senadores a apoiar o presidencialismo.

— Insistir no presidencialismo é insistir no impasse — disse Egídio Ferreira Lima, descrente de um alinhamento dos governadores do PMDB em favor da ofensiva de Sarney para derrotar a fórmula parlamentarista de governo: "O governador Miguel Arraes (pernambuco) não vai se envolver nisso e Waldir Pires (Bahia), Henrique Santillo (Goiás), além de Pedro Simon (Rio Grande do Sul) são favoráveis ao parlamentarismo". Egídio não acredita também que os constituintes possam se deixar influenciar por Sarney.

Reação — Relator da primeira comissão — Organização dos Poderes — que propôs a mudança de sistema de governo, Egídio Ferreira Lima já manteve três conversas com o relator do atual projeto de Constituição, deputado Bernardo Cabral. Também desenvolveu longas negociações com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna. Segundo ele, o presidente Sarney não vai conseguir mudar a tendência pró-parlamentarismo do Congresso "porque todos sabem que esta é a hora de fazer mudanças, a oportunidade da Constituinte é única".

Moreira defende plebiscito

O governador Moreira Franco, após conversar com o presidente José Sarney no Palácio do Planalto, disse que a convocação de um plebiscito nacional é a solução mais viável para resolver o impasse, "se os constituintes entenderem que o parlamentarismo é a melhor forma de governo para o país". Moreira Franco preferiu não detalhar sua conversa com o presidente, mas comentou que o sistema de governo é "um problema importante e que afeta toda a nação".

Segundo o governador, a questão do déficit público também foi discutida, resalvando, no entanto, que os estados "não têm responsabilidade direta" em relação ao problema. "No caso do Rio de Janeiro, especificamente, a presença da União se faz, basicamente, através de bancos com verbas orçamentárias para aplicação. Como esses recursos para investimento no estado são orçamentários, não provocam sangrias na receita da União", explicou.

Deputados prevêem negociação

Dois pemedebistas que participaram da redação do projeto de Constituição manifestaram o receio de que a radicalização em torno do parlamentarismo leve os constituintes a uma solução negociada em plenário sobre o sistema de governo. Segundo eles, a radicalização começou antes quando o presidente Sarney informou o líder do PFL, José Lourenço, de que dedicaria a partir de então todo o seu tempo para convencer os constituintes a aprovar o presidencialismo. Na opinião desses pemedebistas, o relator Bernardo Cabral também estaria forçando essa radicalização ao propor um parlamentarismo quase puro, com o presidente da República desprovido da maioria dos seus poderes.

Há no PMDB quem acredite inclusive que a posição de Cabral faça parte de uma estratégia do Palácio do Planalto para, numa solução negociada, levar os constituintes a aprovar um "parlamentarismo presidencializado", no qual o presidente, na prática, continuaria sendo o chefe do governo e o primeiro-ministro, "um chefe da Casa Civil, só que aprovado pela Câmara dos Deputados".

Fórmulas — Segundo um pemedebista que exerce mandato, a ofensiva contra o parlamentarismo de Cabral será comandada pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que já defendeu uma fórmula abrandada. Sant'Anna chegou até a pedir a retomada dos projetos apresentados pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) e Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), que propunham fórmulas mitigadas. Para esse pemedebista, o que Sant'Anna quer, na verdade, é atrair para sua posição senadores e deputados que não aceitam um parlamentarismo puro mas que também não estão interessados em manter os atuais poderes de Sarney.

Outro temor dos pemedebistas: um eventual referendo sobre o parlamentarismo. Na sua opinião, o parlamentarismo poderá ser massacrado nas urnas. Para tanto, lembravam que os pedetistas já começam a exigir um "presidente com poder". Do outro lado, Sant'Anna diz que o país terá um presidente eleito por 40 milhões de votos e será obrigado a escolher um primeiro-ministro eleito parlamentar por cem ou duzentos mil votos.

Todos contra reforma do relator

A esquerda apóia com reservas e como último recurso. A direita é radicalmente contra. O centro gostaria de ver outra coisa. Embora ainda revelassem algum desconhecimento sobre a proposta de reforma agrária do relator da Constituinte, Bernardo Cabral, esquerda, centro e direita, dentro e fora da Constituinte, iniciaram um duelo de posições: "É uma Nicarágua", diz o líder do PFL, José Lourenço (BA). "É um avanço", afirma o líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ). "Vamos pro pau", avisa Ronaldo Caiado, presidente da UDR.

Caiado circulou à tarde pelo Congresso em busca de informações sobre a reforma de Cabral e com um objetivo: "Se for isto que estão falando, vim aqui saber quem é 'o pai' da imissão de posse. Vamos às bases, vamos ao produtor rural no país inteiro contar quem fez isso e vamos reagir. Vamos derrotar essa esquerda e esses bispozinhos pela terceira vez, agora na Comissão de Sistematização".

Paternidade — O presidente da UDR esteve com o senador Virgílio Távora (PFL-CE) com José Lourenço e ia, mas não foi, a Ulysses Guimarães. Deixou escapar, no meio do caminho, que tinha um suspeito — o líder do PMDB, Mário Covas, a quem chamou de comunista há um mês. Sabendo que Caiado buscava o pai da imissão, Covas respondeu: "Se ele quiser dizer que sou, embora isto seja uma proposta do PMDB na última convenção, eu aceito".

Se o PMDB alinhava a proposta na convenção, foi José Serra (PMDB-SP) quem a redigiu durante as reuniões da semana passada no Banco do Brasil.

O líder do PMDB acha boa a proposta mas adverte: "Estão entendendo a coisa de maneira

errada. A imissão é deferida de imediato. Ao juiz cabem noventa dias para se pronunciar, tratar do aspecto administrativo mas, mesmo que ele não o faça no prazo, a reforma se inicia".

O líder do PDT, Brandão Monteiro, considera a proposta um "avanço", mas revela um temor: "Na calada da noite, nestas noites de baixa umidade relativa do ar aqui em Brasília, a proposta pode ser modificada". Gastone Righi, líder do PTB, chama a proposta de "jacatício", mistura de "jacaré com tico-tico". E explica a comparação:

— Não agrada nem a esquerda, nem a direita.

Imissão imediata — Covas contesta a posição de Righi afirmando que "o objetivo da desapropriação terá, no curso do processo, antes de se decretar ou não a desapropriação, o direito de confirmar que suas terras têm função social". José Genoíno (PT-SP) afirma: "Queremos a imissão de posse imediata, com a reforma iniciada no dia seguinte. Nada de noventa dias, mas se na hora de votar sobrar essa proposta e a da UDR ficamos com a do Cabral".

Augusto Carvalho (PCB-DF) diz qual é a preocupação de seu partido: "Se a indenização for em dinheiro, está inviabilizada a reforma agrária. Isto talvez nos preocupe mais do que a imissão de posse num país falido como este". Acredita Carvalho, como acreditam outros líderes ouvidos, que a proposta de Cabral pode estar incluída em uma estratégia mais ampla. Os adversários da imissão de posse conseguiriam 280 votos para derrubá-la em plenário, o que remeteria o assunto para as leis ordinárias, que começam a ser votadas em 1988.

Ex-militares ganham na Justiça

Enquanto os militares continuam não aceitando a anistia contida no projeto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), ex-militares cassados pela revolução de 1964 estão ganhando na Justiça o direito de voltar à ativa ou à reserva remunerada. Somente nos últimos três meses, os ministros da Marinha, almirante Henrique Sabóia, e da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, tiveram que conceder dez anistias a ex-militares.

Os ex-militares estão ganhando a anistia no Tribunal Federal de Recursos, para onde apelam, depois de verem os seus pedidos negados pelos ministros. O TFR não aceita a tese dos ministros, ao negarem a concessão de anistia: "falta de amparo legal por terem eles sido punidos disciplinarmente e não em consequência de atividades políticas". Para os ministros do Tribunal, é impossível deixar de reconhecer a natureza político-ideológica das punições impostas aos ex-militares.

A anistia contida no projeto Bernardo Cabral é ampla, geral e irrestrita, e a que vem

sendo concedida é baseada na lei baixada pelo ex-presidente João Figueiredo. Enquanto a primeira beneficia o militar com promoções, reintegração e os salários que deixou de receber, enquanto esteve afastado, com juros e correção monetária, a que vem sendo concedida pelo TFR prevê apenas a reintegração à Força na patente em que foi afastado (se a idade permitir), com o recebimento do respectivo soldo.

Na Aeronáutica, esta semana, foi beneficiado o ex-cabo Mário de Souza, expulso em 1964 da corporação por ter fundado e sido eleito o primeiro presidente da Associação de Cabos da Força Aérea Brasileira. O ministro Moreira Lima havia negado a anistia, considerando que o ex-cabo (hoje cobrador de ônibus no Rio de Janeiro) fora punido disciplinarmente. O ministro Geraldo Sobral, do TFR, relator do processo, entendeu porém ter ficado claro a penalidade política, já que o ministro justificou o afastamento "por ter o ex-cabo participado, fardado, de manifestação de caráter político e reunião subversiva com políticos e líderes sindicais".